

RELATS

GLOBALIZACIÓN Y TRABAJO

TRABALHO DECENTE NA COPA E ORGANIZACAO

EM REDES: RECEITA DA ICM PARA CRESCER

**Nilton Freitas,
Representante Regional da ICM
América Latina e Caribe**

Documento preparado para el Programa sobre Autorreforma Sindical de CSA em 2014, revisado em 2016

A Internacional de Trabalhadores da Construção e da Madeira (ICM) é uma organização sindical que vem crescendo em organização e afiliação nos últimos anos na região de América Latina e Caribe, em aparente sintonia com o aumento do investimento público em infraestrutura e moradia em muitos países da região.

No período de 2009 a 2013 a afiliação sindical reportada e paga pelas organizações afiliadas a ICM cresceu a exatos 126%, sendo que Brasil e Panamá foram os impulsores principais desta ascensão.

Segundo a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), as atividades de comércio e de construção são as que mais criam empregos (sete postos de trabalho para cada milhão de dólares de investimento), seguidas pela indústria manufatureira e os serviços (três postos). A maior parte dos investimentos produtivos passa, em algum momento, pelas empresas dos setores da ICM, principalmente construção e infraestrutura, gerando empregos no setor. O Brasil é um exemplo disso: o estoque de emprego formal na construção passou de 1.438.713 em 2006 para 3.015.373 em 2012, segundo estudos do DIEESE baseado na RAIS/MTE. E ainda que o investimento em construção e infraestrutura esteja desacelerando, o saldo de empregos acumulados até dezembro de 2013 foi positivo em 35.071 novos postos de trabalho, resultado menor 50,5% sobre 2012 e 76,5% menor sobre 2011. Esse foi o pior saldo de empregos no período de 2008 a 2013.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Caixa Econômica Federal responderam por 39% dos financiamentos em infraestrutura de 2010 a 2012. Se a isso forem somados os financiamentos liberados por outros bancos públicos, aqueles garantidos pelo Tesouro, além de fundos de investimento patrocinados por instituições públicas, é provável, segundo a pesquisa, que o esforço do governo tenha sido responsável por mais de 65% dos recursos aportados no setor em igual período. Apenas no caso de transportes, esse esforço total do governo chegou a 72%.

Com base em números do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), o DIEESE calcula que o governo brasileiro investiu no Plano de Aceleração do Crescimento 1 (PAC 1), entre 2011 e 2014, o total de 958,9 bilhões de Reais, e agora, no período pós-2014 o investimento deve alcançar a 631,60 bilhões de Reais.

A indústria de materiais de construção cresce também impulsionada pela forte demanda, sendo a maioria delas ainda intensiva em mão de obra na região, o que resulta por ampliar a possibilidade de organizar dos sindicatos destes setores. E isso vem se verificando de alguma maneira, pois apesar da redução do ritmo de crescimento a afiliação sindical continua aumentando: apenas em 2013, cresceu 20% em relação a 2012.

É lamentável, todavia, a dispersão sindical entre estes setores e no interior deles, principalmente em países como o Brasil, Chile, Colômbia e Peru. A título de exemplo: no Brasil se estima em 350 o número de sindicatos nos setores da construção, madeira e materiais para a construção. Enquanto que no Chile os sindicatos organizados a nível de unidade de empresa totalizam outras dezenas.

A dispersão diminui a capacidade de organização e afiliação sindical dos trabalhadores, dificultando, portanto, a edificação de organizações sindicais capazes de oferecer proteção e assistência aos seus afiliados por meio de um sistema de negociação coletiva que resulte em convenções que assegurem, regulamentem e ampliem setores.

No entanto, duas estratégias sindicais desenvolvidas nos últimos dois anos tem se mostrado capazes de superar estas dificuldades: a organização de campanhas em torno de assuntos de interesse comum, e a organização de redes setoriais e por empresas de interesse comum a organizações sindicais de diferentes países.

Campanha pelo Trabalho Decente antes e depois da Copa de 2014

Lançada em marco de 2011 às portas do estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro, Brasil, a campanha liderada pela ICM com o apoio dos sindicatos nórdicos e em parceria com a Confederação Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas (CSA) e da Confederação Sindical Internacional (CSI) reuniu em todo o seu período um total de 27 organizações sindicais brasileiras, que foram as principais responsáveis pela elaboração de uma Pauta Nacional Unificada que mobilizou os trabalhadores envolvidos nos projetos de construção dos estádios e da infraestrutura dos jogos mundiais de 12 Estados do território brasileiro.

“A *ICM nos une*”: essa foi a principal frase ouvida nestes três anos de atividades de campanha que reuniram, em torno de objetivos comuns de interesse dos trabalhadores, organizações sindicais de distintas orientações políticas e centrais sindicais cujos dirigentes mal se falavam até serem obrigados a compartilhar dificuldades e estratégias comuns para mobilizar os operários em processos de luta e negociação coletiva que extrapolaram muitas vezes as rígidas e ultrapassadas regras legais do País, neste campo.

Foram mais de 500 mil trabalhadores em greve no ano de 2012 e cerca de 300 mil no ano de 2013 segundo a Federação Nacional dos Trabalhadores na Construção Pesada (FENATRACOP), organização afiliada à ICM no setor da “construção pesada” (infraestrutura, ou “construção horizontal”) no Brasil.

“Aqui não tem sindicato ou dirigente combativo ou pelego, tamo (SIC) junto e misturado”: expressão muito usada pelos dirigentes dos sindicatos e federações integrantes da campanha e afiliados em nível nacional à Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical, Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) e União Geral de Trabalhadores (UGT), além de independentes ou com afiliação não declarada.

O sentido da frase repetida muitas vezes durante as reuniões da campanha é justamente o de expressar uma situação também vivenciada por todos: os trabalhadores mobilizados em torno de objetivos comuns como aumentos de salários e melhorias das condições de trabalho, “passarão por cima” das lideranças sindicais sempre e quando estas não estiverem preparadas para assumir a frente dos protestos e paralizações muitas vezes espontâneas e desorganizadas.

Os distúrbios ocorridos nas obras das usinas de Santo Antônio e Jirau nos meses de março e abril de 2011 são exemplos reais desta nova condição com que se viram defrontados, surpreendentemente, os sindicatos brasileiros “monopolizados” em fatias territoriais totalmente alheias as dinâmicas econômicas e sociais de seu entorno.

Nestas cidades localizadas em remotas regiões da floresta amazônica, o despreparo dos tradicionais interlocutores da relação capital-trabalho para as novas condições resultaram na destruição de alojamentos e cidades-industriais montadas exclusivamente para projetos de investimento da ordem de 17 bilhões de reais (Fonte: O Globo) envolvendo mais de 20 mil trabalhadores (Fonte: Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Ambientais).

A “campanha da Copa” propiciou e representou o espaço de concertação do movimento sindical dos setores da construção civil (obras de edificação, ou “construções verticais”) e da “pesada” que viabilizou a proposta do governo federal de criação da Mesa Nacional para o Aperfeiçoamento das Condições de Trabalho na Indústria da Construção, instalada em março de 2012 pela presidenta da República Dilma Rousseff, como resposta aos acontecimentos de Jirau e Santo Antônio e o delineamento de novas e modernas relações de trabalho nestes setores.

Os primeiros acordos da “Mesa Nacional” indicam a superação de antigas práticas e condições do setor, consolidam os avanços obtidos no curto espaço de tempo da campanha e inovam de maneira arrojada no sentido do desenvolvimento sustentável do setor no tocante às relações e condições de trabalho, tripartismo e gestão compartilhada, diálogo social. Inequivocamente, seu maior avanço é a eleição de representantes sindicais nos projetos e obras das empresas aderentes, o que já estaria por encima de 100 mil trabalhadores representados no seu local de trabalho, o que fortalece ainda mais o sindicato local.

A campanha chega ao seu estágio final no Brasil com a conclusão das obras dos estádios e tendo em conta que as obras de infraestrutura ainda continuarão por muito tempo e se integrarão a outras iniciativas neste campo, como a preparação para as Olimpíadas de 2016 no Rio de Janeiro e todo o escopo de projetos do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

O conhecimento e a experiência acumulados serão transmitidos aos sindicatos da construção organizados pela ICM na Rússia e no Qatar, sedes das copas de 2018 e 2022, respectivamente. Estudos em andamento aos cuidados do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT) tornarão mais precisos os resultados reais do intenso período de mobilizações e negociações coletivas para a melhoria das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores da construção civil e da pesada no Brasil.

Para a ICM, no entanto, o resultado positivo é facilmente contabilizado: o número de organizações afiliadas no Brasil saltou de cinco para 26, e o número de novas sindicalizações aos sindicatos integrantes da campanha, se estima totalizarem 12,300 mil.

Por estes e outros resultados, a AFL-CIO dos Estados Unidos concedeu a ICM o Premio George Meany - Lane Kirkland 2014 de Direitos Humanos. A ICM foi reconhecida por *"seus esforços para tratar as violações flagrantes dos direitos dos trabalhadores no sector da construção, tanto nos grandes eventos esportivos que recebem atenção global como em projetos de construção locais. A ICM está na vanguarda da implementação de campanhas inovadoras que mostram o abuso de trabalhadores migrantes na indústria da construção e demonstram que com os esforços coletivos os eventos esportivos internacionais podem ser construídos com o respeito aos direitos humanos de todos"*.

Organizar para avançar: “homogeneizar por cima”

A organização dos sindicatos afiliados em redes setoriais tem como objetivo principal “homogeneizar por cima” os direitos dos trabalhadores do setor, que no caso da ICM são três: Construção e Infraestrutura; Floresta e Madeira; Materiais de Construção.

A simples troca de informações sobre a situação dos negócios, os tipos de contrato, as estratégias empresariais, as regulamentações governamentais distintas, já constitui um benefício para os sindicatos integrantes da Rede ao lhes capacitar para o planejamento de médio e longo prazo em suas ações junto às empresas e aos governos de seus países.

Ademais, passam a ser desenvolvidas e exploradas estratégias próprias vinculadas as especificidades do setor, como o uso de sistemas de certificação, os relatórios de responsabilidade social empresarial, o financiamento oriundo de empréstimos de bancos públicos ou de desenvolvimento, os compromissos do setor frente a agendas globais de sustentabilidade, de consumo energético, emissões de carbono e mudanças climáticas etc.

A informação que capacita o sindicato para a ação sindical desde o local de trabalho até as instâncias governamentais correspondentes, em nível local, nacional e até mesmo regional e internacional.

Esta ação se amplifica com a organização de redes sindicais por empresa integrante do setor, expandindo a troca de informações para as particularidades da gestão de negócios, das condições e das relações de trabalho em cada unidade ou projeto da empresa, nos diferentes territórios em que se encontra.

A construção e consolidação dessa informação em uma “matriz de informação” possibilita as organizações sindicais integrantes da Rede a conhecerem a situação de igualdade e de disparidades praticadas dentro de uma empresa por distintas razões: legislação nacional; capacidade de organização e negociação coletiva; cultura gerencial; nível de aceitação da representação sindical pelos próprios trabalhadores e pelos empregadores e governo; condições econômicas do país e situação financeira da empresa; valorização do setor em que atua, no país; etc.

São incontáveis os fatores que podem contribuir ou dificultar para que os trabalhadores de um mesmo setor ou de uma mesma empresa possam desfrutar de umas condições de trabalho e de vida ao menos similares.

No entanto, o elemento comum que pode fazer a diferença em favor dos trabalhadores é justamente a participação de seu sindicato nesta força-motriz que são as redes setoriais ou por empresa. Com mais informação (e informação de qualidade) o sindicato tem mais elementos para “motivar” e mobilizar os trabalhadores para a luta reivindicatória. O mote do “*sim, é possível, porque já existe em outro lugar deste mesmo setor ou desta mesma empresa*”, é muito forte.

Passa-se então à luta para “homogeneizar por cima”: alcançar os melhores padrões de salários e benefícios possíveis por meio da negociação coletiva, independente da legislação ou da prática nacional, seja a empresa nacional (com mais de uma unidade dentro de um mesmo país) ou transnacional (com unidades em diferentes países).

Na ICM o êxito desta estratégia está relacionado ao compromisso das organizações sindicais que integram as três redes setoriais retro mencionadas e as redes por empresa, em respeitar a cultura e a orientação política de cada organização. Ou seja, em não trazer para o espaço organizativo internacional elementos de disputa que não podem ser equacionados neste âmbito.

Como na Campanha da Copa, o foco é a unidade na ação: entregar uma carta em todas as unidades da empresa em diversos países, no mesmo dia e horário; enviar carta, fazer manifestações ou paralizações de solidariedade; definir uma pauta comum de reivindicações e apresentá-la na hora da negociação coletiva etc. Cada um a seu modo e de acordo com a sua cultura e fortaleza sindical.

No caso de empresas multinacionais com matriz no continente europeu, é fortemente recomendável a associação com o Comitê de Empresa Europeu quando este existir. No caso da ICM esta estratégia se aplica as redes de Etex

(Bélgica), Lafarge (França) e Stabilo (Alemanha) e Holcim (Suíça) até o momento.

O objetivo é sempre chegar a um Acordo-Marco que consolide a primazia da negociação e do diálogo em esfera de natureza política e de boas relações industriais, sobre a simples e mandatória observância da “legislação nacional”. No caso de Faber-Castell (Alemanha) o sentido foi o inverso: primeiro se chegou a um Acordo-Marco (2000 e 2008) e depois se iniciou a construção da Rede Sindical em América Latina, em 2013. Em relação a empresa Arauco (Chile) primeiro se organizou a rede (Grupo Internacional de Trabalhadores de Arauco, GITA) e depois se passou a buscar o caminho para um Acordo-Marco que até o momento não ocorreu.

Onde e quando este Acordo já existe a orientação é lutar pela sua implementação em nível local (casos de FCC, Impregilo e Ferrovial, em Panamá e Chile) sem que, necessariamente, seja acionado o sindicato da matriz ou a federação internacional. A estratégia é alcançar o objetivo de fortalecer o sindicato local e promover a negociação coletiva neste mesmo âmbito, “educando” gerentes e trabalhadores locais. Os primeiros, para o respeito e o diálogo com representantes dos trabalhadores, e estes últimos para a mobilização e a luta por seus direitos e, muitas vezes, mais do que isso: por padrões superiores que grandes empresas multinacionais beneficiadas pela globalização podem oferecer aos seus empregados, independente das limitações econômicas e legais do país em que atuam.

A base e o princípio deste diálogo é o da governança corporativa baseada em valores e princípios que devem ser comuns a uma mesma empresa, em todas suas unidades, não importa onde se localizem.

Na experiência em curso na ICM as redes setoriais e por empresa tem se constituído em elemento aglutinador de sindicatos, afiliados e não-afiliados. É o caso da Rede Sindical Internacional de Trabalhadores de Odebrecht – América Latina, Caribe e África, que recebeu adesões posteriores de sindicatos de Venezuela, Angola e Moçambique e está presente atualmente em oito países e com mais de vinte organizações sindicais participantes.

As entidades reconhecem o valor em tomar parte de uma estratégia de ação sindical internacional que informa, capacita, organiza, mobiliza, negocia, conquista, influencia politicamente, dialoga em relações industriais e, por consequência, aumenta seu reconhecimento, legitimidade e representatividade junto aos trabalhadores do seu setor e de suas empresas. Contribui, pois, para o aumento da afiliação sindical e da cobertura da negociação coletiva.